

A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

EIXOS TEMÁTICOS:

- A dimensão ambiental da cidade como objeto de discussão teórica ( X )
- Interfaces entre a política ambiental e a política urbana ( )
- Legislação ambiental e urbanística: confrontos e a soluções institucionais ( )
- Experiências de intervenções em APPs urbanas: tecnologias, regulação urbanística, planos e projetos de intervenção ( )
- História ambiental e dimensões culturais do ambiente urbano ( )
- Engenharia ambiental e tecnologias de recuperação ambiental urbana ( )

## Águas Urbanas: Caminhos Para um Resgate

*Urban Waters: Path to a Rescue*

SAKAI, Diogo Isao Santos (1); FROTA, José Artur D'Aló (2)

(1) Arquiteto e Urbanista –UFMS; *mestrando PP Projeto e Cidade –UFG*, Brasil

[arquiogo@hotmail.com](mailto:arquiogo@hotmail.com)

(2) Arquiteto e Urbanista –UFRGS; Doutor Arquiteto ETSAB-UPC-Espanha; Professor *PP Projeto e Cidade –UFG*, Brasil

[arturfav@yahoo.com.br](mailto:arturfav@yahoo.com.br)

**EIXOS TEMÁTICOS:**

- A dimensão ambiental da cidade como objeto de discussão teórica (X )
- Interfaces entre a política ambiental e a política urbana ( )
- Legislação ambiental e urbanística: confrontos e a soluções institucionais ( )
- Experiências de intervenções em APPs urbanas: tecnologias, regulação urbanística, planos e projetos de intervenção ( )
- História ambiental e dimensões culturais do ambiente urbano ( )
- Engenharia ambiental e tecnologias de recuperação ambiental urbana ( )

## Águas Urbanas: Caminhos para um Resgate

*Urban Waters: Paths to a Rescue*

**RESUMO**

*Historicamente os corpos d'água urbanos atuaram como caminhos naturais que contornavam, cruzavam e direcionavam o desenvolvimento nas cidades. Atualmente, muitos destes mesmos cursos d'água buscam por caminhos. Caminhos que resgatam valores de integração perdidos diante da degradação de suas paisagens, margens muitas vezes esquecidas nas cidades brasileiras. Este artigo busca refletir sobre a abordagem negativa comumente apontada pelas "autoridades", quando se trata de estabelecer diretrizes para reabilitar áreas que possuem cursos d'água e, sobretudo, seus reflexos no tipo de abordagem que norteiam projetos, gestões e planejamento. Frequentemente, a base que constitui esse prática, é justamente a negação dos cursos d'água no território urbano, ignorando sua importância paisagística na solução de problemas ambientais, sociais e da própria valorização das comunidades de seu entorno. Esse entendimento converge para o caminho de resgatar a representação positiva dos rios, possibilitando uma abordagem da natureza híbrida à cidade e, ao mesmo tempo, desmistificando os mananciais como impedimento ao desenvolvimento. Esse resgate pressupõe outros caminhos como o da reflexão sobre o discurso - área de preservação permanente urbana - e o de intervenções urbanas sustentáveis, ações que podem contribuir para a geração de elementos simbólicos de pertencimento dos cursos d'água pela sociedade, permitindo uma nova posição de partida sobre o planejamento dessas áreas.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Corpos D'água Urbanos, Resgate de Cursos D'água Urbanos, Cidade Híbrida à Natureza.

**ABSTRACT**

Historically urban water bodies acted as natural paths that skirted, crossed and guided the development in cities. Currently, many of these same watercourses are looking for paths . Paths that recover lost integration values on the degradation of its landscapes, margins often forgotten in Brazilian cities. This essay reflects on the negative approach commonly indicated by the "authorities" when it comes to establishing guidelines for rehabilitating areas that have water bodies , and especially their reflections on the kind of approach that guide projects, managements and planning efforts . Often the basis for this practice is, precisely, the denial of waterways in urban territory, ignoring their landscape importance in the solution of environmental, social and valuing own communities around. This understanding converges to the way rescue the positive representation of rivers , enabled a hybrid approach to nature and the city , while demystifying the river as an impediment to development. This rescue requires other pathways such as the renewal of the discourse on urban area of permanent preservation and sustainable urban interventions, actions that can contribute to the generation of symbolic elements belonging watercourses by society , allowing a new starting position on the planning of these areas.

**KEY-WORDS:** *Urban Waterbodies, Urban Watercourses Rescue, City Hybrid Nature.*

## 1 INTRODUÇÃO

As histórias de muitos cursos d'água esta intimamente ligada às cidades que ocupavam suas margens onde juntas, mananciais e construções, compõem a paisagem urbana mesclando o natural e o artificial. Durante certo tempo, corpos d'água como os rios posicionavam-se como caminhos naturais que abasteciam, contornavam ou cruzavam, mas sempre direcionando o desenvolvimento do lugar. Por essa interação os cursos d'água exprimiram socialmente símbolos de espaços de nascimento, de lazer, de trabalho, de recolhimento de dejetos entre muitas outras funções, dependendo da interação com a sociedade ao seu redor. Mas o crescimento das cidades, quase sempre desordenado, gerou um afastamento entre o natural e a cidade ainda que estivessem exercendo as mesmas funções, e desfez os significados que os integrava a sociedade, relegando e reforçando as representações meramente funcionais de fundos de vale e de esgoto urbano. Por isso, atualmente, muitos desses mesmos rios buscam meios de sobrevivência, principalmente dos valores de integração perdidos e do convívio harmônico com a sociedade. Diante da gravidade da condição de degradação da paisagem de muitas orlas aquáticas devido à forma negativa pelas quais muitos cursos d'água passaram a ser ocupados e tratados. Esta realidade é imposta, muitas vezes, por um tipo de abordagem que norteia projeto, gestão e planejamento urbano em uma prática constituída pela negação dos cursos d'água no território urbano, que ignora a importância paisagística do rio na solução de problemas ambientais, de convívio social e ainda como elemento capaz de contribuir na própria valorização das comunidades em seu entorno. Neste sentido, entende-se agora que, são os cursos d'água quem buscam caminhos, caminhos de sobrevivência. Um caminho de resgate da importância do rio através da sua representação socialmente positiva, possibilitando uma abordagem da natureza híbrida à cidade e, ao mesmo tempo, desmistificando o conceito do corpo d'água como impedimento ao desenvolvimento urbano. Esse resgate também exige uma reflexão de outros caminhos como o do discurso sobre a área de preservação permanente urbana juntamente com o das intervenções urbanas sustentáveis. Juntas elas constituem o caminho para contribuir na geração de elementos simbólicos que representem o pertencimento dos rios pela sociedade, permitindo uma nova posição de partida sobre o planejamento destas áreas. O trabalho se utiliza de revisão bibliográfica sobre a problemática da condição das orlas aquáticas urbanas brasileiras de autores relevantes a cerca do tema. A partir desta análise propõe-se elevar o debate sobre a qualidade do ambiente urbano brasileiro na questão da valorização da paisagem dos cursos d'água pela integração da dimensão ambiental a dimensão urbana, possibilitando uma reflexão sobre a inserção dos elementos naturais e urbanísticos como formadores atuantes no processo de planejamento.

## 2 EM BUSCA DE CAMINHOS

A condição atual dos mananciais urbanos é resultante do que eles representam na sociedade, e em muitos casos, eles não representam pouco mais do que esgoto urbano. Esta situação de tratamento precário no manejo das margens de cursos d'água e da própria qualidade da água, não deve ser compreendida como uma prática generalizada sobre o assunto, visto que muitas cidades brasileiras possuem alguma

relação positiva. Por outro lado, também não compreende expressão positiva suficiente para ser desconsiderada ou entendida com uma prática usual, em vista da realidade de muitos corpos d'água. Mello, 2008, identifica duas vertentes básicas nas relações entre cidades e corpos d'água. A de corpo d'água valorizado e incorporado à paisagem urbana que ocorre em geral com rios e lagos de maior porte, e a de corpo d'água desconsiderado frequentemente no caso de cursos d'água de menor porte onde as edificações e lotes ficam de costas para eles, sendo recobertos tornando-se dutos de esgoto. O caminho que conduziu a condição degradada destas paisagens é induzido principalmente por um tipo de abordagem tradicional utilizada na prática de planejamento que desqualifica os mananciais enquanto representação social. Verifica-se esta prática porque muitos cursos d'água ainda são compreendidos e utilizados como fundos de vale e locais de despejo de esgoto e recolhimento de lixo, demonstrando a condição deficiente do sistema de saneamento urbano no tratamento da água e do lixo, ainda reforçado com os insumos químicos empregados em áreas agrícolas. Grande parte das soluções de planejamento adotadas pela engenharia apresenta os corpos d'água para a sociedade através de intervenções de saneamento ou de drenagem urbanas de forma ineficiente e até mesmo catastróficas. Gorski, 2011, coloca que a incapacidade de controle ocorre devido à incoerência organizacional gerada pelo conflito da especialização dos órgãos de gestão da água nas várias esferas de administração pública municipal, estadual e federal que propiciou abordagens setoriais e unidisciplinares. Essa constatação aponta a urgência para soluções em que as orlas aquáticas urbanas devem estar articuladas a propostas projetuais para o tecido urbano. Carvalho (2011, p: 2) evidencia a necessidade de soluções que extrapolem problemas urbanos relativos somente a cursos d'água, como a despoluição dos rios ou problemas causados pela deficiência da drenagem urbana.

O caminho para uma representação positiva dos cursos d'água compreende a necessidade de uma abordagem também positiva. Os cursos d'água nas cidades devem ser percebidos tanto pela sua dimensão social, quanto pela sua dimensão ambiental trabalhadas integralmente, por isso o discurso ambiental na cidade não deve ser exclusivamente sobre o verde, associado ao sentido natural purificado, mas do ambiente seguro e promotor da qualidade de vida de todos. Deve ser apreendida uma nova proposta teórica que considera a cidade a partir de combinações de construções sócio-ambientais produzidas historicamente tanto em termos de conteúdo social como de qualidades físico-ambientais, onde a realidade material e representação são os elementos que compõem a dinâmica de contradições, tensões e conflitos da sócio-natureza urbana. (CARVALHO, 2011). Nesse sentido cidade e natureza precisam ser interpretados como elementos que se integram, interdependentes, híbridos um do outro, como também deve ser sua representação.

“[...] a cidade e o processo urbano são uma rede de processos entrelaçados a um só tempo humanos e naturais, reais e ficcionais, mecânicos e orgânicos. Não há nada “puramente” social ou natural na cidade, e ainda anti-social ou anti-natural na cidade é, ao mesmo tempo, natural e social, real e fictícia. Na cidade, sociedade e natureza, representação e ser, são inseparáveis, mutuamente integrados, infinitamente ligados e simultâneos, essa coisa híbrida sócio natural chamada “cidade” é cheia de contradições, tensões e conflitos.” (Swyngedouw, 2009, p: 100).

O entendimento da importância da abordagem do caráter híbrido da cidade e natureza como caminhos necessários para a representação positiva dos rios urbanos em si, não induz sua realização. Ela pressupõe a reflexão sobre o caráter processual da construção dessa representação que se apóia no fato de que a problemática

ambiental nas cidades não pode ser desvinculada da dinâmica de produção do espaço, uma vez que os impactos negativos na qualidade de vida urbana de várias ordens – social, cultural e ambiental – afetam com distribuição desigual de riscos, toda a população urbana. (GORSKI 2011) Compreende-se assim que materialidade e discurso sobre as questões ambientais e sociais no ambiente urbano, são os meios com os quais se podem manifestar uma representação positiva dos cursos d'água. A materialidade são os compartimentos geomorfológicos e as construções humanas representados atualmente através dos problemas das cidades de drenagem, de abastecimento, os riscos de enchentes e inundação, as condições das margens dos mananciais urbanos. Ao mesmo tempo a relação que a sociedade tem com seus cursos d'água aparece na legislação como discurso. Questionar de onde surge o caráter secundário dos problemas através dos discursos sobre a natureza e dos elementos simbólicos de construção dessa sócia-natureza urbana é a chave para um novo ponto de partida de resgate dos cursos d'água urbanos.

“[...] embora a análise se prenda ao “produto” ou a “coisa”, algum tipo de conhecimento transformador só pode ser produzido a partir da reconstrução do seu processo de produção, ou seja, a produção da sócio-natureza dos rios urbanos pode ser baseada na construção de uma arqueologia de seu metabolismo socionatural de como se deu, e de como se dá a produção de sua socionatureza. Na arqueologia de um rio de uma cidade, rio, cidade, natureza e sociedade são inseparáveis e por isso questões como os aspectos fisiográficos, ocupação do solo e qualidade das intervenções também são inseparáveis para o entendimento da qualidade do sistema de drenagem urbana e conseqüentemente dos rios e suas margens. Do mesmo modo o ser rio da cidade e suas representações também são inseparáveis e mutuamente integrados, ou seja, as questões materiais e de representação do rio aparecem como pontos de inter-relação entre suas várias histórias. (CARVALHO, 2011, p: 6).

De fato o processo de produção da representação positiva dos mananciais urbanos compreende a reflexão sobre o entendimento da cidade híbrida aos cursos d'água, e exige a reflexão sobre o discurso e a materialidade, de forma que contribuam na construção e no resgate de símbolos perdidos de integração entre sociedade e natureza. No discurso a compreensão sobre a legislação que rege as áreas de preservação permanente urbanas compreende os argumentos e artifícios legais que possibilitam a execução da materialidade. Esta por sua vez, se manifesta pelas intervenções urbanas sustentáveis que precisa estabelecer vínculos entre as funções ambientais e urbanas que inclui como, por exemplo, os rios, suas margens, e suas paisagens, na dinâmica da cidade e de seus moradores, demonstrando a importância que as ações em beira rios podem transformar a representação dos rios na sociedade. (CARVALHO, 2011)

### 3 O CAMINHO DO DISCURSO

No Brasil o caminho do discurso sobre os cursos d'água urbanos é representado pelo Código Florestal (BRASIL, Lei Federal nº 12.651/2012) onde são enquadrados na categoria de Áreas de Preservação Permanente/ APP compreendendo desde sua definição até possíveis usos e ocupações. Aprovada sua última atualização em 2012, ele mantém uma inovação adquirida ainda em 2006, onde fica determinado que as faixas marginais de qualquer curso d'água natural em perímetro urbano, que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinado pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo,

ouvidas os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente conforme resolução do CONAMA 369/2006. Esse avanço constitui uma primeira permissão legal de ação sobre as margens dos cursos d'água inseridas dentro das cidades, abrindo caminho para que as prefeituras, através dos seus Planos Diretores, possam estabelecer políticas de intervenções sustentáveis e promover o resgate das representações socialmente positivas.

Porém AZEVEDO E OLIVEIRA, (2013 p: 90) compreendem que não foi estipulado uma abordagem específica a aplicação dos parâmetros de preservação permanente às áreas urbanas, onde fica evidente o desperdício da oportunidade de estabelecer regras mais claras a respeito. Outra importante constatação esta no fato de ser possível a implantação de usos e ocupações que permitem a redução das áreas protegidas e conseqüentemente da diminuição dos espaços legalmente preservados. Por outro lado, houve um aumento nas hipóteses de casos excepcionais de utilidade pública e de interesse social, como por exemplo, a inserção de atividades duvidosas que possuem características relativas ao atendimento dos interesses da coletividade, como a infraestrutura para a realização de eventos esportivos, quase todos de inegável interesse meramente privado.

“Em síntese, verifica-se que as mudanças provocadas pelo novo Código Florestal, no que tange aos casos de utilização de APPs em situações de utilidade pública e de interesse social, tiveram nítido caráter de abrandamento da preservação ambiental e satisfação maior de interesses econômicos e sociais. Conseqüentemente, essas alterações vulneram, de modo significativo, a proteção das APPs situadas em zonas urbanas.” (AZEVEDO e OLIVEIRA, 2014, p: 90)

O caminho do discurso precisa estabelecer diretrizes que possibilitem o argumento para a materialização sustentável e assim, o resgate de uma representação positiva dos corpos d'água urbanos. Mas conforme alguns autores, o esperado caminho do discurso toma direções diferentes do necessário, embora se tenha conquistado certo avanço sobre a possibilidade de ocupações das APPs urbanas obtida ainda na Resolução CONAMA 369/2006. Para eles parece haver uma inversão de valores que privilegia questões econômicas em detrimento das questões sociais e ambientais. Essa constatação tem sido exposta por diversos profissionais preocupados com a inadequação da legislação ambiental em meio ao cenário caótico do crescimento urbano desordenado facilitando a ocupação indiscriminada das margens. A negligência sobre as especificidades do ambiente urbano deixa de garantir as condições mínimas para a sua aplicação nas cidades, gerando um efeito inverso à proteção dos recursos ambientais. (MELLO, 2008)

#### 4 O CAMINHO DA MATERIALIDADE

O caminho da materialidade pressupõe a produção de representações que promovam o resgate da identificação de aproximação social dos corpos d'água urbanos e ainda promova uma renovação simbólica que possa despertar o desejo de sua preservação pelo uso sustentável dos cursos d'água urbanos. Dessa forma a intervenção física das margens pode construir paisagens urbanas que possam representar positivamente o rio para a sociedade. Por isso a identificação dos significados e valores estéticos e ecológicos das paisagens fluviais é um fator de

## A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

compreensão da percepção e da utilização dos mananciais pela população, e do potencial de recuperação desses sistemas. (GORSKI, 2011). Mesmo que não exista definições claramente definidas no discurso sobre o uso e ocupação das APPs, os mananciais urbanos não poderiam ser considerados impedimentos à cidade. A valorização de cursos d'água é condição essencial para a sua proteção e do seu entorno bem como de sua comunidade, por isso é primordial o entendimento do conceito de urbanidade. Mello analisa os atributos de urbanidade presentes nas margens dos corpos d'água, diferenciando urbanidade da artificialidade promovida pela urbanização, ao identificar a importância das funções ambientais exercidas pela vegetação das margens do rio em análise. Para MELLO urbanidade significa:

“[...] aquilo que qualifica a vida urbana no sentido de interação entre os cidadãos no espaço coletivo da promoção do encontro e do convívio social (Holanda, 2002) e, no que diz respeito ao tema em tela, da interação harmônica entre as pessoas e o corpo d'água” (MELLO, 2011, p: 42)

De fato o conceito utilizado de urbanidade vai de encontro ao conceito negativo atribuído aos cursos d'água como impedimento a cidade, utilizado na maioria dos casos de orlas aquáticas urbanas degradadas. Esta urbanidade conduz a valorização dos corpos d'água, uma vez que a intervenção sustentável das margens promove o sentimento de pertencimento por parte da população e o desejo de protegê-los, contribuindo na construção das imagens simbólicas. Assim, a valorização como no caso de rios urbanos através de intervenções com artifícios de urbanidade, contribui para a afirmação da idéia de pertencimento dos rios pela sociedade e não de negação. GORSKY, 2011 reforça que a urgência por inovações em projeto, gestão e planejamento acerca da questão ambiental urbana da água e de sua paisagem, também pode ser constatada pelos questionamentos sobre os resultados negativos das intervenções adotadas tradicionalmente pela engenharia, que apontam para soluções em que os leitos devem estar articulados às propostas projetuais para o tecido urbano. Essas soluções devem abranger mais do que os problemas ambientais dos cursos d'água, uma vez que a falta de espaços de lazer públicos e a proliferação de doenças pela água, também são misérias que afligem as cidades e que se relacionam direta ou indiretamente com os cursos d'água.

“Essa temática esta intimamente vinculada ao planejamento da paisagem e do território, envolvendo a gestão do sítio urbano e dos recursos naturais. Os valores ambientais, paisagísticos, estéticos e culturais, emanados da sociedade em geral ou de grupos específicos, podem contribuir para as tomadas de decisão, e oscilam entre a credibilidade na engenharia (ou na técnica) para resolução dos problemas ambientais e a abordagem ecológica de preservação da natureza e dos recursos naturais.” (GORSKI, 2011, p: 53)

Muito embora já existam projetos urbanos que vem se preocupando com a questão das orlas aquáticas urbanas e apresentem artifícios de urbanidade, ainda não é possível destacar ou mesmo generalizar essa pratica como uma atividade estabelecida na sociedade brasileira. Este processo de intervenção urbana não impõe um modelo que exprima a valorização dos rios, mas propõe diretrizes que busquem inserir a urbanidade no processo de planejamento. Cada cidade deve desenvolver uma estratégia que possibilite a valorização do solo baseado na melhoria da qualidade mananciais e suas margens através de análises físicas, ambientais e culturais

relativas ao local. Nesse sentido o grau de artificialidade pode variar entre a configuração de naturalização/vegetalização, de um lado, e a configuração de artificialidade /mineralização, no outro, mas não se coloca como principal definidor do bom desempenho de urbanidade. Por isso a existência de construções humanas não implica no impedimento de resgate da relação harmônica entre as pessoas e corpos d'água, nem tampouco a manutenção da vegetação pode garantir esta harmonia. (CARVALHO, 2011) Ao contrário das intervenções tradicionais que representam as águas da cidade como um perigo à saúde utilizando-se de técnicas capazes de expulsar os mananciais de perto, as novas técnicas devem proporcionar a aproximação das comunidades fixadas no entorno dos cursos d'água, tendo como princípio o convívio harmônico com a sociedade, tanto resolvendo os problemas urbanos, respeitando o movimento de pulsão dos rios, quanto valorizando a paisagem dos corpos d'água urbanos pela manutenção dos espaços vegetados. As intervenções urbanas abrangem diversas áreas multidisciplinares de atuação, entre elas a de projeto e planejamentos na qual esta inserida a arquitetura e o urbanismo. Cada uma dessas áreas deve posicionar-se baseada na abordagem da cidade híbrida a natureza, buscando contribuir para a valorização dos cursos d'água.

“Se queremos manter a pertinência da arquitetura e da paisagem como práticas artísticas socialmente desejáveis, é necessário proceder a um movimento simétrico e sincronizado que conduza a novos domínios disciplinares de caráter híbrido capazes de abolir a velha e inútil dicotomia moderna (o laboratório) [...] É necessário um novo plano social e político capaz de reorientar essas tradições. Esse plano surge do abandono a visão moderna de meio natural, a contemplação, o puro visibilismo, que condenou a natureza ao papel de um mero objeto – que o deixou, por assim dizer, sem interlocutor, sem alguém que fosse capaz de falar e escutar, de estabelecer uma conversação entre humanos e não humanos. Esse plano foi mudado e seguirá mudando inexoravelmente. Se antes havia um sujeito que contemplava uma paisagem-objeto sem tocá-lo nem escutá-lo, dedicado quase que exclusivamente a explorá-lo mediante uma industrialização cega e primitiva, hoje sabemos que somente ao passo da paisagem objeto a sujeito, sua transformação em paisagem-sujeito, o reconhecimento de que é e sempre foi um sujeito, alguém dotado de vida e entropia, sujeito às flutuações idênticas as humanas, permite alcançar a nova posição de partida.” (ABALOS, 2007, p: 91)

A atuação do estado é fundamental quando da elaboração dos objetivos de suas ações relativas, principalmente, à gestão, planejamento e projeto de cursos d'água dentro das cidades. Elas não devem ser pautadas na apropriação para privilegiar grupos exclusivos, mas considerar a possibilidade da melhoria da qualidade ambiental da cidade para todos como uma das dimensões da promoção da qualidade de vida. Por isso, esse processo exige a participação da sociedade civil, elemento essencial, através de atividades como a educação ambiental, a participação democrática nas decisões na execução das ações e na aplicação de tecnologias socialmente sustentáveis.

## 5 REFLEXÕES FINAIS

A busca por caminhos para o resgate dos rios urbanos passa necessariamente pela questão ideológica da abordagem utilizada em certas práticas de projeto, gestão e planejamento do espaço urbano. Entender esse processo é fundamental porque as

## A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

ações sobre as orlas aquáticas urbanas não podem continuar relegadas a função de fundo de vale onde são despejados os restos e dejetos humanos da cidade. Adotar a abordagem da cidade híbrida à natureza e aos cursos d'água urbanos constitui o resultado da reflexão da análise deste trabalho e configura o princípio primordial para um novo ponto de partida no planejamento dessas áreas. Abandonar caminhos antigos como o modelo clássico de intervenção nos corpos d'água que os afastem da sociedade, significa estabelecer um verdadeiro compromisso com a cidade, porque começa a respeitar e considerar todos os elementos que compõem a sua dinâmica. As intervenções urbanísticas sustentáveis, sob o ponto de vista da Arquitetura e do Urbanismo, são caminhos importantes no processo de construção de representações, pelo seu papel na produção de símbolos através da reabilitação de paisagens urbanas com artifícios de urbanidade. Do mesmo modo a definição de um discurso legal claramente definido, que possibilite a realização desse processo, é igualmente urgente para sua fundamentação. No quadro geral sobre a relevância dos cursos d'água, as reflexões aqui colocadas são pequenas em vista a amplitude das necessidades que o tema exprime. Mas como já dito, essa análise tem por objetivo buscar uma reflexão para um ponto de partida, um busca inicial por caminhos que podem levar a outros, como os rios urbanos e não urbano, que são ramificados e ramificam de outros rios formando uma bacia hidrográfica. Novos caminhos serão necessários, porque nem a cidade é estática e muito menos os problemas gerados por ela. Mas como as águas de um rio que correm e nunca são as mesmas, as buscas por caminhos devem ser constantes e fluidas, levando ao um oceano de possibilidades.

## REFERÊNCIAS

- ABALOS, Iñaki. *Hibridacion. In. Land&ScapeSeries: Landscape + 100 palabras para habitarlo*. Ed. Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2007.
- AZEVEDO, Ruy E. Silva de; OLIVEIRA, Vlândia P. Vidal de: Reflexos do novo Código Florestal nas Áreas de Preservação Permanente – APPs – urbanas. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 29, p. 71-91, abr. 2014.
- BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm)>.
- CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira. *A Socionatureza dos Rios Urbanos: Novas Representações e Novos Conceitos sobre os Caminhos da Águas na Cidade*. UFCC. XII Simpurb, 2011.
- CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira. Os Descaminhos das Águas na Metrópole: a Socionatureza dos Rios Urbanos. 2011. Dissertação (Doutorado em Geografia). Departamento de Ciências Geográficas – Faculdade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2011.
- CONAMA. Resolução nº 369, de 28 de março de 2006, Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP. Disponível em: <[HTTP:WWW.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/legislacao/regularizacao/CONAMA\\_RES\\_CONS\\_2006\\_369.PDF](http://WWW.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/legislacao/regularizacao/CONAMA_RES_CONS_2006_369.PDF)>.
- GORSKI, Maria Cecília Barbieri. *Rios e cidades: Ruptura e Reconciliação*. São Paulo: Ed. Senac, 2010.
- MELLO, Sandra S. *Na Beira do Rio tem uma cidade: Urbanidade e Valorização dos corpos d'água*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SWYNGEDOUW, Erik. *A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e "urbanização-ciborg"*. In: ACSELRAD, H. (Org.) *A Duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.